



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

7ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo
Sala dos Ministros, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Brasília, 18 de junho de 2025, 09:00

Membros

MMA

João Paulo Ribeiro Capobianco - Titular

André Rodolfo de Lima – Suplente

Casa Civil

Micheline Gomes Campos da Luz – Suplente

MAPA

Clecivaldo de Sousa Ribeiro - Suplente

MCTI

Oswaldo Luiz Leal de Moraes - Suplente

MD

Rafael Pinto Costa - Suplente

MDA

Moises Savian – Titular

MEC

Maria do Socorro Silva – Suplente

MJSP

Camila Kuhl Pintarelli – Suplente

MPI

Maria da Conceição Alves Feitosa – Titular

Maria Janete Albuquerque de Carvalho – Suplente

MS

Agnes Soares da Silva - Suplente

IBAMA

Jair Schmitt – Suplente

ICMBIO

Iara Vasco Ferreira – Suplente



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

ABEMA – SP

Kauê Gonçalves Grecco – Suplente

ABEMA – DF

Carolina Leite Queiroga Schubart – Suplente

ANAMMA

Marçal Fortes Silveira Cavalcanti - Titular

Rogério Menezes - Titular

CNCGBM/LIGABOM

Leonardo Rodrigues Congro – titular

CONAMA

Juliana Gatti – Titular

RNBV

Gabriel Franco Chaskelmann – Suplente

CNA

Rodrigo Justus de Brito - Suplente

CONTAG

Raul Zoche - Titular

APIB

Eliane Rodrigues de Lima - Eliane Xunakalo – Titular

Participantes

Além dos membros supracitados, registrou-se a presença de Alex Marega (SEMA/MT); Anne Cecília Vieira Corrêa (MMA); Barbara de Andrade Vaz Parente (SE/SGA/MEC); Claudia Oliveira Faria; Érika Stefane de Oliveira Salustiano (MS); Fernando (FJPO); Flávia Saltini (IBAMA); Gabriel Ayupp Bastos; Hugo Leonardo Pereira Bezerra (SECADI/CGPEC/MEC); Janio Oliveira Coutinho; Jazette Renata (MMA); João Luis Santana Nascimento; João Paulo Sotero (MMA); Joelson Alves de Almeida (MMA); Jose Bisinoti Neto; Leonardo Gomes (Colaborador MMA); Leno Rodrigues de Queiroz; Marcela (FJPO Brigada); Mauricio Marcon Rebelo da Silva (ICMBio); Mauricio Pompeu (MMA); Monica de Faria Franco Negrao (MMA); Nicole Ribeiro de Oliveira (MMA); Rejane Marques



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

Mendes (Casa Civil); Renata Libonati (SBPC/LASA/UFRJ); Renato Signori (SEMA/AM); Rodrigo de Moraes Falleiro (MMA); Suia Kafure da Rocha (Casa Civil); Thais Hayner (MPI/SEGAT); Viviane Vazzi Pedro (SE/SECADI/CGPEC) e Wilson.

1. Abertura

A reunião foi aberta pelo Presidente do Comitê, o Ministro de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Capobianco, que destacou a importância dos trabalhos do Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo (COMIF) diante das projeções climáticas para 2026.

Informou que o Governo Federal vem realizando reuniões técnicas com especialistas em climatologia e gestão de riscos desde o final de 2025, cujas avaliações apontam aumento da probabilidade de ocorrência de um cenário climático severo, associado ao fenômeno El Niño. Ressaltou que, diante desse contexto, o planejamento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais tem sido orientado pelo cenário de maior risco, reforçando o papel estratégico do COMIF na coordenação entre União, estados e municípios.

Apresentou as principais medidas adotadas pelo Governo Federal para a temporada de incêndios, entre elas o fortalecimento da estrutura operacional com ampliação do efetivo de brigadistas e agentes federais, reforço da frota de veículos e aeronaves, disponibilização de crédito extraordinário para o Ibama e o ICMBio e repasse de recursos aos Corpos de Bombeiros Militares dos estados prioritários. Destacou, ainda, a atuação integrada de diversos órgãos federais no planejamento das ações preventivas e de resposta.

Enfatizou que, além do fortalecimento da capacidade operacional, é indispensável intensificar a mobilização da sociedade, considerando que a maioria dos incêndios decorre da ação humana, bem como ampliar as ações de fiscalização e repressão aos crimes ambientais relacionados ao uso ilegal do fogo.

Na sequência, ressaltou a necessidade de implementação das Resoluções do COMIF, especialmente quanto à definição, pelos estados, das áreas prioritárias para



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

prevenção de incêndios florestais, condição essencial para o planejamento integrado das equipes e dos recursos. Destacou também os avanços na descentralização de recursos aos municípios por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente, bem como a importância da participação da ABEMA e da ANAMMA na mobilização dos entes federativos.

Por fim, reforçou a necessidade de implementação da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, enfatizando a responsabilidade compartilhada entre União, estados, municípios e proprietários rurais na adoção de medidas preventivas. Encerrando sua manifestação, conclamou os membros do Comitê a fortalecerem a atuação integrada e a implementação das ações já aprovadas, visando ampliar a capacidade de prevenção e resposta aos incêndios florestais no país.

2. Apresentação da Pauta

- Abertura;
- Aprovação da Ata da reunião anterior;
- Apresentação do Relatório CIMAN 2025;
- Recomendação COMIF relativa à implementação das Resoluções COMIF nº 2 e 3 de 2025;
- Informes:
 - a. Planos de Ação Integrados - Amazônia e Pantanal;
 - b. Seminário: 2 anos de implementação da PNMIF e Resolução nº2;
 - c. Resolução CONAMA sobre queima controlada.

2. Aprovação da Ata da reunião anterior

Submetida à apreciação dos membros, a ata da 6ª Reunião Ordinária do COMIF, realizada em 18 de março de 2026, foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas.

3. Apresentação do Relatório CIMAN 2025



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

Na sequência, foi realizada a apresentação do Relatório Anual do Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional Nacional – CIMAN, conduzida pelo Presidente do IBAMA, Jair Schmitt, e pela Coordenadora-Geral do Prevfogo, Flavia Leite.

Inicialmente, contextualizou o papel do CIMAN como instância responsável pela coordenação operacional das ações dos órgãos federais no enfrentamento aos incêndios florestais, ressaltando sua atuação integrada com estados e municípios, especialmente nos períodos de maior criticidade. Informou, ainda, que o Sistema Nacional de Informações sobre Manejo Integrado do Fogo encontra-se em fase de implementação e permitirá o registro padronizado das ocorrências, das ações de combate e dos recursos empregados, contribuindo para aprimorar a gestão operacional e a elaboração dos relatórios anuais. Destacando que o documento constitui importante instrumento de avaliação da temporada de incêndios florestais anterior, subsidiando o aperfeiçoamento do planejamento e da coordenação das ações de prevenção e resposta.

Na sequência, a Coordenadora, Flávia Saltini, apresentou os principais resultados do Relatório CIMAN 2025. Explicou que o documento foi estruturado com base nas competências estabelecidas pela Lei nº 14.944, de 2024, contemplando informações sobre condições meteorológicas, áreas queimadas, recursos operacionais empregados, ações preventivas, funcionamento do CIMAN e análise das operações realizadas durante a temporada de incêndios.

Destacou que o relatório representa não apenas uma prestação de contas, mas também um instrumento de diagnóstico para identificação de desafios e oportunidades de aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Manejo Integrado do Fogo. Informou que, em 2025, foram realizadas reuniões ordinárias e extraordinárias do CIMAN, além da instalação de salas de situação para acompanhamento dos cenários críticos, possibilitando maior integração entre os órgãos federais e a participação de representantes estaduais nas discussões operacionais.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

Durante a apresentação, foram expostos indicadores relativos às condições climáticas observadas em 2025, à evolução das áreas queimadas e dos focos de calor, bem como às estatísticas de monitoramento, acionamentos e respostas institucionais. Embora tenha sido registrada redução da área queimada em relação aos anos anteriores em alguns biomas, foi ressaltado que persistem fatores de preocupação, como o aumento contínuo das temperaturas, o acúmulo de material combustível e a manutenção de condições de seca em diversas regiões do país, elementos que elevam o potencial de ocorrência de incêndios florestais na temporada de 2026.

Também foram apresentados dados sobre os tempos de resposta aos alertas emitidos pelo CIMAN, evidenciando avanços na articulação entre os órgãos envolvidos, mas apontando a necessidade de maior celeridade no envio de informações por parte de alguns estados, condição considerada essencial para o fortalecimento da coordenação operacional e da tomada de decisão em situações críticas.

Foi destacado que, ao longo de 2025, o CIMAN realizou reuniões ordinárias mensais, reuniões extraordinárias e ativação de salas de situação em cenários críticos, com participação de quinze instituições federais e convidados estaduais.

Também foram apresentados dados sobre eventos de fogo em imóveis rurais, unidades de conservação, terras indígenas e assentamentos, reforçando a recorrência de áreas críticas e a necessidade de fortalecimento das ações preventivas.

Outro ponto de destaque foi a consolidação do Sistema Nacional de Informações sobre Fogo – SISFogo, atualmente em fase final de desenvolvimento, que deverá integrar informações operacionais, autorizações de queima, registros de ocorrência e monitoramento em tempo real.

Ao final, foi enfatizado que o Relatório CIMAN 2025 constitui ferramenta estratégica para o aprimoramento contínuo da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, servindo de referência para o planejamento integrado das ações de prevenção, preparação e resposta aos incêndios florestais em âmbito nacional.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

4. Recomendação COMIF nº5 relativa à implementação das Resoluções COMIF nº 2 e nº 3 de 2025

Na sequência, o Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Territorial, André Lima, apresentou a minuta da Recomendação COMIF nº 5, destinada às unidades federativas, com o objetivo de reforçar a adoção de medidas preventivas para a prevenção e o controle de incêndios florestais, considerando as projeções climáticas que indicam a possibilidade de ocorrência de um episódio de forte intensidade do fenômeno El Niño a partir do segundo semestre de 2026 e seus potenciais impactos sobre a intensificação dos incêndios florestais no país.

Esclareceu que a recomendação busca fortalecer a implementação das Resoluções COMIF nº 2 e nº 3, de 2025, especialmente quanto à definição das áreas prioritárias para prevenção e controle de incêndios florestais, à elaboração dos Planos de Manejo Integrado do Fogo pelos Estados e Distrito Federal e à regulamentação das medidas de prevenção e preparação aplicáveis aos imóveis rurais.

Durante os debates, representantes dos membros do Comitê apresentaram sugestões de aperfeiçoamento da redação. Destacou-se a proposta para que a recomendação contemplasse também os municípios, respeitadas suas competências legais. Após discussão, o plenário acolheu a sugestão, deliberando pela inclusão de dispositivo estendendo as recomendações aos municípios, naquilo que couber, sem alterar o conteúdo das obrigações já previstas para os Estados e o Distrito Federal.

Encerradas as manifestações, o Secretário submeteu a minuta, com os ajustes deliberados, à apreciação da plenária. Não havendo objeções, a Recomendação COMIF nº 5 foi aprovada por consenso.

5. Informes

O Sr. André Lima informou a publicação do Decreto Federal nº 13.013/2026, que regulamenta a destinação de recursos, por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente, para estados e municípios, inclusive oriundos de emendas parlamentares, destinados ao fortalecimento da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo. Destacou que a



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

medida simplifica a transferência de recursos, dispensando a celebração de convênios e ampliando as possibilidades de parceria com organizações da sociedade civil, brigadas voluntárias e comunidades tradicionais.

Na sequência, comunicou a edição da Medida Provisória nº 1.367/2026, que destinou crédito extraordinário de R\$ 337 milhões ao IBAMA e ao ICMBio para o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Destacou que, somados ao orçamento ordinário destinado às ações de proteção ambiental, os recursos elevam o montante disponível para aproximadamente R\$ 1,023 bilhão, representando o maior volume de investimentos já destinado pelo Governo Federal às ações de prevenção e combate aos incêndios florestais e de controle do desmatamento.

Informou, ainda, que será apresentada na próxima reunião plenária do COMIF minuta de resolução sobre o uso de retardantes químicos no combate aos incêndios florestais, cuja discussão ocorrerá no âmbito de Grupo de Trabalho a ser instituído pelo Comitê.

5.1 Planos de Ação Integrados – Amazônia e Pantanal

O Diretor de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios Florestais, João Paulo Sotero, apresentou informe sobre a atualização dos Planos de Ação Integrada da Amazônia e do Pantanal. Relatou a realização de oficina técnica com representantes dos nove estados da Amazônia Legal, do IBAMA, do ICMBio, das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e dos Corpos de Bombeiros Militares, destinada ao alinhamento das ações para implementação da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.

Informou que seis estados já se encontram em processo de elaboração dos respectivos Planos Estaduais de Manejo Integrado do Fogo e que os demais receberão apoio técnico para cumprimento dos prazos estabelecidos pela Resolução COMIF nº 2, de 2025. Destacou, ainda, a proposta de criação de uma rede de gestores estaduais de Manejo Integrado do Fogo, com o objetivo de fortalecer a comunicação, o intercâmbio de experiências e a integração entre os entes federativos.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

Ressaltou que os Planos de Manejo Integrado do Fogo constituem instrumento central para a implementação da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, por promoverem o planejamento territorial, a coordenação das ações e o engajamento dos diferentes atores envolvidos.

5.2 Seminário: 2 anos de implementação da PNMIF e Resolução nº 2

Informou-se a realização de seminário comemorativo e avaliativo sobre os dois anos de implementação da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e da Resolução COMIF nº 2, com objetivo de consolidar aprendizados, compartilhar experiências e discutir desafios de implementação.

5.3 Resolução CONAMA sobre queima controlada

Foi comunicada a aprovação, pelo CONAMA, da resolução que regulamenta o uso controlado do fogo, originada de recomendação previamente aprovada pelo COMIF. Destacou-se que a aprovação representa importante avanço na implementação da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, resultado do trabalho conjunto desenvolvido entre o COMIF, os órgãos federais e os representantes estaduais durante o processo de elaboração e aperfeiçoamento da norma. Foi informado, ainda, que o texto aprovado será apresentado ao Comitê em reunião futura, com detalhamento das alterações promovidas durante a tramitação no CONAMA e de seus desdobramentos para a implementação da política.

8. Encerramento

Nada mais havendo a tratar, o Secretário agradeceu a participação de todos os membros, destacou a importância do fortalecimento contínuo da governança interfederativa e da cooperação institucional para enfrentamento dos incêndios florestais no país, especialmente diante das perspectivas climáticas para o ano de 2026, e encerrou a reunião.